

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): BREVES REFLEXÕES

Ana Paula Ferreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Fernanda Heloisa Henrique de Moraes Alves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Erica Maia Dória

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Caroline Estefane de Matos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão teórica acerca da vinculação dos movimentos sociais com a Educação de Adultos. A motivação para dissertar sobre o presente trabalho, surgiu a partir das discussões e leituras realizadas acerca da temática supracitada, na disciplina Educação de Jovens e Adultos (EJA), do curso de Pedagogia da UESB. Portanto, escolhemos por realizar uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa, descritiva e documental em artigos, revistas, livros e textos que tratam da temática. Para tanto, utilizamos como aportes centrais os textos de: Freire (1980); Frigotto (2002); Gadotti (2001); Gohn (1997); Haddad e Pierro (2010) e documentos legais que tratam da Educação de Jovens e Adultos.

Palavras chave: Movimentos sociais. Educação de Jovens e Adultos.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo da história passou por muitas mudanças, estagnações e progressões. Do seu surgimento do seio dos movimentos sociais como, inicialmente, educação popular – o que não deixa de ser até hoje – a EJA conquistou e vem conquistando seu espaço nos mais diversos setores sociais inclusive garantindo direitos na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, entre inúmeros outros documentos legais que reconhecem a EJA como modalidade de ensino e um direito básico dos cidadãos.

Esses documentos trouxeram alterações e ampliações conceituais produzidas desde o final da década de 1980, ao usar o termo Educação de Jovens e Adultos para assinalar as ações

anteriormente conhecidas como Ensino Supletivo. No Parecer do Conselho Nacional de Educação (2000), a EJA expressa também a concepção de resgate de uma dívida social de herança colonial negativa, quando se preservou tangivelmente uma educação que fortaleceu a desigualdade social.

A heterogeneidade peculiar a esta modalidade de ensino faz com que o espaço do diverso seja repleto de riqueza social e cultural. Há aspectos que fazem desses estudantes seres ímpares que, por meio de suas histórias de vida, de suas memórias e representações, preenchem o cotidiano da Educação de Jovens e Adultos e, por sua vez, precisam ser preenchidos por “escolas” e outros espaços que entendam as suas particularidades.

A motivação para dissertar sobre o presente trabalho, surgiu a partir das discussões e leituras realizadas acerca da temática supracitada, na disciplina Educação de Jovens e Adultos (EJA), do curso de Pedagogia da UESB.

O artigo está organizado em quatro momentos: no primeiro, onde apresentamos o estudo introduzido a temática, seus objetivos e a sua estrutura organizativa. O segundo momento, fundamentação teórica ressalta uma breve retomada histórica dos Movimentos Sociais no Brasil; EJA: um movimento de inclusão social. O terceiro momento aborda os caminhos metodológicos, Delineamentos e Procedimentos. O quarto momento os resultados são analisados contrapondo-os com os teóricos abordados e os documentos legais da Educação de Jovens e Adultos. O quinto momento as considerações finais onde apresentamos os achados nos estudos realizados.

A fim de alcançar o objetivo proposto realizamos uma pesquisa através de um estudo bibliográfico de cunho qualitativo acerca da temática supracitada. Portanto, a coleta das informações foi realizada através do levantamento e análise de diferentes ideias trazidas por artigos e livros que tratam a temática apresentada. Para Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é a elaboração a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet. Para tanto, utilizamos como aportes centrais os textos de: Freire (1980); Frigotto (2002); Gadotti (2001); Gohn (1997); Haddad e Pierro (2010) e documentos legais que tratam da Educação de Jovens e Adultos.

Ao longo do presente estudo veremos que muito já foi conquistado e muitos brasileiros e brasileiras puderam alcançar o mínimo de cidadania uma vez que o acesso ao mundo letrado insere a pessoa no mundo social, todavia, veremos também que há muito a ser feito e que não basta ter apenas acesso às letras e palavras, será necessário que as utilizemos para a mudança e transformação social pois a palavra é viva e produz vida, como afirmava Paulo Freire.

Breve história dos Movimentos Sociais no Brasil

A história dos movimentos sociais no Brasil teve maior efervescência no final de 1970, com fortes movimentos de oposição ao regime militar que então se encontrava em vigência, mantendo uma luta social e uma forte resistência. Em 1990, as lutas contra a pobreza e exclusão social tornaram-se mais evidentes. Diante disso, os movimentos sociais foram imprescindíveis no Brasil. Nesta perspectiva, Gohn enfatiza:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil (GOHN, 1997, p. 251).

Desse modo, percebe-se que os movimentos sociais são manifestações construídas por grupos plurais pertencentes à sociedade civil com interesses diversos. Essas manifestações surgiram a partir da inquietude e da não aceitação das dimensões de opressão das classes populares.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA, tem no passado dos movimentos de Educação Popular criados a partir dos anos 60, sua matriz fundadora. Nessa mesma época, o pensamento de Paulo Freire Freire¹, e a sua proposta para a alfabetização de adultos inspiram os principais programas de alfabetização do país.

¹ Paulo Freire (1921-1997), um nordestino que trazia consigo além de ideias inovadoras a esperança de um país que se tornasse igualitário através da educação para todos. Freire nasceu em Recife, no estado de Pernambuco e graduou-se pela Faculdade de Direito de Recife. Freire colocou em prática pela primeira vez seus métodos de alfabetização de jovens e adultos na cidade de Angicos uma pequena cidade localizada no Rio Grande do Norte em 1963.

Em 1964 aprovou-se o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA²), que previa a disseminação por todo o Brasil, de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. Essa proposta foi interrompida com o Golpe Militar e seus promotores foram duramente reprimidos.

Em ano de 1967, o governo assume o controle dos programas de alfabetização de adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores. Nesse período foi lançado o MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.³ No ano de 1969, houve campanhas massivas de alfabetização. Na década de 70 o MOBREAL expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivaram desse programa, o mais importante foi o PEI – Programa de Educação Integrada, caracterizado como forma condensada do antigo primário

Na década de 80 com a emergência dos movimentos sociais e início da abertura política. Os projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização. No ano de 1985, desacreditado, o MOBREAL foi extinto e seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que apoiava, financeira e tecnicamente, as iniciativas do governo, das entidades civis e das empresas. Seguindo a trajetória da EJA, na década de 90, com a extinção da Fundação Educar, criou-se um enorme vazio na Educação de Jovens e Adultos. Alguns Estados e Municípios assumiram a responsabilidade de oferecer programas de Educação de Jovens e Adultos em suas escolas. A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil chega à década de 90 reclamando reformulações pedagógicas.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, dedica dois Artigos, no Capítulo II, Seção V, que reafirmam a gratuidade e obrigatoriedade da oferta de educação para todos os que não tiveram acesso à educação na idade própria. A Lei diz:

Art. 37.A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

² O Plano Nacional de Alfabetização (PNA), foi criado através do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964. Do Governo João Goulart estava para ser implementado, em fase de treinamento de aproximadamente mil monitores. Com o golpe, o PNA foi cancelado e os mentores passaram a ser perseguidos.

³ O Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobreal, foi criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, cujo princípio era erradicar o analfabetismo jovem e adulto ainda do modo bastante tradicional, sem o viés de libertação que propunha Freire.

1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

A LDB 9394/96, apesar de dedicar apenas dois artigos à Educação de Jovens e Adultos, ao associar a EJA ao ensino fundamental (Artigos 2, 3 e 4), promove um considerável ganho para esta modalidade de educação.

Vale ressaltar que, ainda em 1996, houve a aprovação da Emenda Constitucional nº.14/1996, a qual, contraditoriamente, suprime a obrigatoriedade do poder público em oferecer o Ensino Fundamental para o público da EJA, além de suprimir também o compromisso de eliminar o analfabetismo no prazo de dez anos, bem como a vinculação dos percentuais de recursos financeiros estabelecidos em Lei para este fim.

No governo de FHC, adotou-se uma política educacional tecnocrática com o claro objetivo de manter o controle social do Estado e dar início a um processo de privatização das políticas sociais, cujo pilar foi o Programa Alfabetização Solidária. Quanto a isso, observemos a análise que Frigotto faz da conjuntura política do governo FHC e a educação, diz que:

[...] o governo brasileiro, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998 e 1999 a 2002) buscou adequar o sistema de ensino à reforma do Estado brasileiro, imposta pela conjuntura econômica internacional. Nesse período, a política educacional brasileira esteve subordinada a doutrina dos organismos internacionais. [...] as reformas implementadas foram pautadas —pelo desmonte da esfera dos direitos, da esfera pública e passam a produzir políticas de alívio à pobreza (FRIGOTTO, 2002, p. 57 e 59).

Do discurso e propostas à execução e implementação das mesmas existe uma lacuna imensurável e apesar de novos programas surgirem como o Alfabetização Solidária – no governo Fernando Henrique, Brasil Alfabetizado – governos Lula e Dilma, além da garantia dos direitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB e demais documentos nacionais e internacionais, reconhece-se que muito já foi feito no Brasil mas ainda estamos

distantes de alcançar a erradicação do analfabetismo e a inclusão de milhões de pessoas no mundo da escrita e no mundo real e desvelado, como sugeria Paulo Freire.

Novos programas federais que visam inclusive associar a EJA à educação profissional surgiram e não podemos desmerecê-los ou negar sua significativa contribuição para a inserção do cidadão no mundo do trabalho e oferecer além da educação o ensino tecnológico.

Esse governo, embora tenha avançado e conseguido reduzir o analfabetismo no país, ainda precisa adotar políticas educacionais para o público da EJA e fazer o devido monitoramento e avaliação da política. Não basta criar políticas, programas e instrumentos legais se não houver acompanhamento da execução e avaliação do desempenho. Educação de Jovens e Adultos como promotora da inclusão social.

EJA: Um movimento de Inclusão Social

A busca pela inclusão sempre fez parte da história da humanidade. (OMOTE, 2004b, p.299). Essa integração oportuniza os jovens e adultos serem inseridos na sociedade e nas escolas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece a oportunidade de inclusão social segundo determinação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), LDBEN de 1996, a garantia pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2003) da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que ainda prevêem o direito à educação para que os indivíduos possam ser inseridos em grupos sociais, respeitando as pluralidades culturais, sendo requisito primordial para garantia da dignidade humana.

Infelizmente, a educação brasileira ainda vê a EJA como uma modalidade de ensino com finalidade de compensar o que não foi aprendido na infância e na adolescência, assim manteve os padrões rígidos das propostas curriculares, tempo, espaço e metodologias rígidas como no ensino regular, sem atender as especificidades deste outro público específico.

Mesmo com tantas dificuldades advindas de diversos fatores, o alunado da EJA, tem a coragem, a ousadia ou a necessidade de voltar a estudar, seja para cumprir com uma imposição no trabalho, seja por um objetivo pessoal, uma meta ou um sonho a ser realizado, ou seja, cada qual com um objetivo diferente.

Rompendo, na maioria das vezes, com uma herança educacional de analfabetos (familiar) com a passividade de continuar na ignorância e, aceitar passivamente as funções as quais não requer instrução, estes sujeitos buscam desafios.

Nesse sentido, a escola se traduz como instituição importante e necessária nesta busca pelos alunos.

[...] a escola pública ainda é um dos espaços mais democráticos colocados à disposição da classe trabalhadora. [...]. Ao falarmos da EJA é preciso pensá-la nesta perspectiva: o de possibilitar que jovens e adultos recuperem sua cidadania e voltem a ser protagonistas de seus projetos enquanto cidadãos/trabalhadores. (PERIPOLLI, 2009, p. 50)

Nessa perspectiva, ainda de acordo com Peripolli, (2012):

a educação de jovens e adultos se faz fundamental. Ela precisa existir, porque é a oportunidade para aquelas pessoas que, de uma forma ou outra, por um fator ou outro, não puderam estudar, foram excluídas desse mundo da leitura da escrita, das informações. Então é a única oportunidade, digamos assim, de promover a inclusão dessas pessoas. É a oportunidade de auxiliar essas pessoas a estarem incluídas dentro da sociedade, no campo de trabalho, no grupo social.

A escola deixa de ser mais um espaço de transmissão de conhecimento, sua função é preparar cidadãos para a vida em sociedade e, para que esse objetivo seja alcançado, é necessário que ocorra um aprendizado, em que a escola deve dispor de professores com metodologias e estratégias educativas que favoreçam a aprendizagem significativa que desperte a curiosidade e a criticidade, formando alunos produtores de conhecimento.

Esse processo pressupõe a superação de modelos baseados na seleção, na classificação e na reprodução de conteúdos, dissociados dos diversos saberes e experiências que potencializam o desenvolvimento pessoal, social, acadêmico e profissional.

Segundo Gadotti (2001, p.124):

linhas de ação podem ser adotadas para que a EJA atenda às perspectivas de seu alunado: - adotar modelos de atendimento em EJA, respeitando suas características de aluno trabalhador; - considerar as características

psicossociais próprias do jovem e do adulto que nunca foi à escola ou que volta aos bancos escolares; - promover maior flexibilidade na metodologia, na organização curricular e na duração dos programas de atendimento educacional; - avaliar contínua e sistematicamente a educação de jovens e adultos em virtude de sua flexibilidade e diversidade; - apoiar propostas feitas pelos movimentos sociais com vistas a resolver problemas específicos.

Percebe-se, então, que o conceito de EJA amplia-se ao compreender processos educativos desenvolvidos em várias dimensões: a do conhecimento, das práticas sociais, do trabalho, do confronto de problemas coletivos e da construção da cidadania.

No contexto social a escola deixa de ser apenas uma instituição transmissora de conhecimentos para se tornar a promotora e mantenedora na construção e recriação de propostas solidárias específicas para a verdadeira cidadania.

Diante de um mundo em que vivemos a era da globalização, da informação, o letramento por meio da EJA é de suma importância para que a inclusão social da pessoa vê-se abrir o caminho para uma sociedade que possa abarcar todos, sem distinções e exclusões, onde a oportunidade seja para todos e não para poucos privilegiados.

Metodologia

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, conforme a natureza do tema e os seus objetivos em questão e, por isso, apoia-se na abordagem descritiva.

A pesquisa qualitativa segundo Minayo (2004, p, 27):

[...] se preocupa em dar resposta a questões particulares, com um nível de realidade que não se pode quantificar. Portanto, a realidade é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante.

Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Segundo ele, são inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Para aprofundamento do tema e suas categorias de análise será realizado um estudo bibliográfico, e entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chama-se de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes, com caráter exploratório.

Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266)

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Resultados e Discussão

Contudo, pretende-se com esse artigo, favorecer para que este seja o início de novos estudos a respeito dos Movimentos Sociais e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sabendo que fundamental é trabalhar nessa área da integração social dos indivíduos por meio da alfabetização, de modo que os mesmos possam se identificar como parte integrante e fundamental da sociedade em seu percurso de vida.

Muito ainda há que se avançar com relação ao ensino de EJA, já que ela ainda é vista às margens das políticas educacionais no país, não sendo prioridade sua efetiva implementação e continuidade. A criação de uma política pública educacional que atenda aos anseios dos sujeitos da EJA necessita de investimentos reais que favoreçam a continuidade da oferta de estudos e a permanência do aluno na escola. Com isso a EJA, possivelmente, deixará de ser vista como uma condição de política pública compensatória através de campanhas e programas de caráter emergenciais, sendo considerada então como uma real necessidade educacional para aqueles que querem uma nova oportunidade no âmbito do ensino.

Considerações Finais

É importante assinalar que a educação de jovens e adultos, em busca de uma resignificação, para além de uma concepção exclusivamente escolarizada, pode se inserir e estar

sustentada pelo movimento social. Cada esfera do movimento deverá se articular e sustentar os esforços contra-hegemônicos, num leque ou numa rede de ações de vários setores da sociedade civil, mesmo em sua heterogeneidade e amparados em bases teóricas diferenciadas, em uma diversidade de agências.

Deve-se salientar que a escola, como um campo específico, mas inserida no interior do que Gramsci chama de “guerra de posição”, deve estar aberta e articulada com os problemas e as questões postas no interior do movimento social.

Assim, seguindo a exortação de Freire, apontada por Mayo (2004, p.124), “um pé dentro do sistema e outro fora”, os movimentos sociais e a escola incluída podem e devem empenhar um importante papel para pôr em execução as atividades contra-hegemônicas mesmo dentro do sistema.

Encerramos este texto afirmando que a EJA traz fortes traços de sua origem como educação popular que foi tecida nos movimentos sociais e conseguiu inserir-se como direito público subjetivo.

Ainda temos muita caminhada pela frente na efetivação desses direitos já garantidos e esperamos – não de braços cruzados, mas na luta e ação social – que muito mais seja implementado na EJA não somente para os alunos mas com eles e por eles tornando-os sujeitos de fato de sua ação.

Referências

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em: Acesso em: 15 de novembro de 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº.9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996

DI PIERRO, Maria Clara. **A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação**: Avaliação, desafios e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.

BOCCATO, Vera Regina Casari. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

Conferências Nacionais de Educação: construindo o sistema nacional articulado de educação – o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação (Documento final). Brasília, DF: MEC, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 37. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado & sociedade.** São Paulo: Pontes, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a construção democrática no Brasil:** da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2002.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. (org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.** São Paulo. Editora Cortez, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: home.ufam.edu.br > home.ufam.edu.br > Acesso em: Acesso em 18 de dezembro de 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47. Rio de Janeiro: ANPED, 2011, p. 333-361.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Educação de Jovens e Adultos. In: **Revista Brasileira de Educação.** Nº 14. Rio de Janeiro: ANPED, 2000, p. 108-130.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social, teoria, método e criatividade.** 24 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>.

Acesso em 18 de dezembro de 2020

MAYO, Peter. Gramsci, Freire e a Educação de Adultos: **Possibilidade para uma ação transformadora**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OMOTE, S. (org.) Inclusão: **intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004a

SANTOS, RF; PERIPOLLI, OJ. **Educação de Jovens e Adultos: uma proposta de inclusão social**. Eventos Pedagógicos, 2012. V.3,n.3,p. 221-230, ago. – dez

Ana Paula Ferreira

Graduanda em Pedagogia (UESB-Itapetinga). Bolsista no Programa Residência Pedagógica da UESB. E-mail: anapaula.alexbaiano@hotmail.com

Fernanda Heloisa Henrique de Moraes Alves

Graduanda em Pedagogia (UESB-Itapetinga). Bolsista no Programa Residência Pedagógica da UESB. E-mail: fehmalves@hotmail.com

Erica Maia Dória

Graduanda em Pedagogia (UESB – Itapetinga). Membro do Centro de Pesquisa e Estudos Pedagógicos (CEPEP/CNPQ) E-mail: erika500live@hotmail.com

Caroline Estefane de Matos Santos

Pedagoga (UESB-Itapetinga). Membro do Centro de Pesquisa e Estudos Pedagógicos (CEPEP/CNPQ). E-mail: carolinematos93@outlook.com